A lógica do pacto: do ABC paulista para Brasília

TEONES PIMENTA DE FRANÇA
DOUTORANDO EM HISTÓRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

A história demonstra a sua verdadeira importância quando contribui para a compreensão das angústias que se estabelecem no presente. Mesmo que não acreditemos em hipótese alguma que ela possa se repetir, é inegável que conseguimos nos situar melhor a partir do momento em que observamos a realidade como um processo histórico.

Folheando as páginas dos jornais da grande imprensa nos últimos meses percebemos com angústia que a proposta colocada para os próximos anos em nosso país é a reedição ampliada de um dos limiares na história do movimento sindical no Brasil contemporâneo: o acordo das montadoras.

Em toda a sua campanha, o recém-eleito presidente repetiu em vários momentos que um futuro governo seu se baseará em um *pacto social construído entre toda a sociedade civil*, incluindo empresários, movimento social organizado e governo federal. Entre o 1º e o 2º turnos da eleição presidencial de 2002, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu com cerca de uma centena de empresários, líderes sindicais e dirigentes de organizações não-governamentais para defender a proposta da criação, caso fosse eleito, de um conselho de desenvolvimento econômico e social que seria responsável pela fixação de metas para o desenvolvimento. De acordo com o coordenador do seu programa de governo, Antonio Palocci, "a reunião visa[va] criar o ambiente necessário para que seja elaborado o pacto social", que, segundo o coordenador é um "sistema que já funciona na maior parte do mundo".[1]

Quando se discute pacto social, a principal referência que nos vem à mente é o caso espanhol, comumente chamado de *pacto de Moncloa*. O próprio presidente recém-eleito chama a atenção para isso: "vou fazer uma

[1] *O Globo*, 19 out. 2002.

coisa que o Fernando Henrique Cardoso falava muito em 1982, o famoso Pacto de Moncloa. Aqui nunca foi executado porque não houve presidente que conversou menos com a sociedade do que Fernando Henrique. Então queremos construir uma espécie de um novo contrato social".[2]

Na Espanha, após a morte de Franco, em 1975, e a posterior chegada ao poder de Adolfo Suarez, tenta-se encontrar o caminho para a "redemocratização". O governo convoca a sociedade para um pacto que pudesse, ao mesmo tempo, acabar com qualquer possibilidade de retorno de um regime ditatorial e melhorar a situação econômica. Esse acordo, assinado na cidade espanhola de Moncloa, contou com a colaboração, dentre outros, de Felipe Gonzalez (PSOE – Partido Social Operário Espanhol) e de membros do Partido Comunista Espanhol (PCE) e do Partido Nacionalista Basco.

Nos anos de 1978 e 1979 são assinados dois acordos entre sindicalistas e patrões na Espanha, nos quais mais restrições são feitas ao nível de vida dos trabalhadores. A "estratégia do consenso", que propunha "sacrifícios" à sociedade em troca da "esperança de que se recuperasse a confiança dos investidores e se acalmasse descontentamentos utilizáveis pela extrema-direita", dava liberdades para os patrões demitirem e até manterem os salários estagnados. Com o beneplácito da esquerda, especialmente de amplos setores do PCE, "a rendição [dos trabalhadores] é quase total". Esse processo resulta em 1,5 milhão de desempregados (12% da população economicamente ativa) em 1980, e 760 mil postos de trabalho destruídos em dois anos.[3]

A transição brasileira para a democracia, em fins da década de 1970 e meados dos anos 1980 é bem diferente da espanhola, como salienta O'Donnell. Aqui ela durou muito mais e foi mais estreitamente controlada pelo regime militar e se houve pactos ficaram restritos às elites, como o provável pacto – do qual, segundo o próprio autor, não há provas concretas – que Tancredo Neves celebrou com as Forças Armadas, garantindo-lhes que não haveria "revisões do passado", bem como teriam um extenso papel no futuro governo.[4]

No entanto, apesar da sociedade brasileira não ter sido convocada para um pacto que conduzisse com mais segurança a transição da ditadura mili-

[2] *Folha de S. Paulo*, 13 ago. de 2002.

[3] Reginaldo C. de Moraes. *A redemocratização espanhola*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 28-41.

[4] Guillermo O'Donnell. Transições, continuidades e alguns paradoxos. In: Fabio Wanderley Reis (Org.). *A democracia no Brasil – dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 54-55.

tar para a democracia, a proposta de pacto social não chega a ser nova por aqui. Em 1987, após o fracasso do Plano Cruzado, José Sarney propôs um pacto para trabalhadores e patrões, embora não tivesse tido sucesso. Collor, em 1990, após o fracasso de seu plano econômico, lança a idéia do "entendimento nacional", procura as Centrais Sindicais, mas não obtém um consenso sobre suas condições. Mesmo com Fernando Henrique o tema volta à tona, quando em 1998 o presidente propõe um "pacto nacional pelas contas públicas", logo após o agravamento da crise econômica no país.[5]

A atual proposta de pacto tem uma roupagem nova e o aspecto econômico é mais um elemento, e não o único, para a sua proposição. De acordo com o então presidente do PT, José Dirceu, "o pacto social é fundamental para o país poder executar as reformas" (tributária, previdenciária e diminuição de juros), sendo necessário "*acordar entre a sociedade* que os benefícios e os sacrifícios serão repartidos. Os benefícios têm que ser divididos para todos, e não só os sacrifícios. Pacto social é isso".[6]

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Horácio Lafer Piva, está esfuziante com a proposta de *repartir os sacrifícios* e já afirmou que "um pacto só dará certo se cada um abrir mão de algo", o que segundo ele, "também vale para os sindicalistas que estão engajados em campanhas salariais", e conclui, "radicalismos só produzirão resultados em curto prazo, *sem benefício para todo o país*".[7]

Que os empresários dêem sinais de concordar que a sociedade possa seguir unida, sem distinção de classe, para *fazer o bolo crescer*, ou o país se desenvolver, e todos se beneficiarem, não nos assusta. Entretanto, os trabalhadores organizados também parecem caminhar no mesmo sentido – como demonstra a participação acrítica de sindicalistas da CUT nas reuniões com o futuro presidente – provavelmente por acreditarem que têm no novo chefe do Executivo um companheiro de partido ou de mobilizações sindicais e políticas.

Esse caminho é bem diferente do que foi trilhado pelos cutistas quando na presidência estava José Sarney, mas não se difere muito do que seguiu parcela do movimento sindical brasileiro ao participar, pela primeira vez, de

[5] *Folha de S. Paulo*, 5 nov. de 2002.

[6] *O Globo*, 27 out. 2002. Grifo meu.

[7] *O Globo*, 29 out. 2002. Grifo meu.

um acordo tripartite, o chamado *acordo das montadoras* ou Câmaras Setoriais do setor automobilístico, em 1992 e 1993, no governo Itamar Franco.

O que pode ser preocupante, pois, segundo um dos assessores econômicos do futuro presidente, a política das Câmaras Setoriais será retomada, já que "será preciso demonstrar que as decisões do governo serão harmônicas e por isso as câmaras setoriais serão a espinha dorsal do governo Lula".[8]

Benefício para todos, harmonia. Ao que parece estamos realmente em um mundo muito distante da luta de classes, e do conflito entre o capital e o trabalho. Estes dois, que até há pouco tempo eram tão pouco convergentes para a maior parcela do movimento sindical brasileiro, agora, para este mesmo setor, vivem uma lua-de-mel que teve início com a formação da chapa presidencial recém-eleita e se espalha rapidamente pelo conjunto da sociedade.

Munidos dessas angústias recuaremos aos últimos quinze anos para analisarmos a forma como o movimento sindical no Brasil se comportava diante das propostas de pactos advindas do governo federal, as origens e conseqüências do acordo que atualmente tem a sua ampliação proposta para todo o país e verificarmos o quão problemáticas podem ser essas políticas para a classe trabalhadora.

Do sindicalismo combativo ao sindicalismo propositivo

Enquanto o sindicalismo europeu passava nos anos oitenta por momentos de crise que se expressava, por exemplo, na enorme diminuição do número de sindicalizados, o movimento sindical brasileiro navegava numa corrente inversa, atravessando sua fase áurea, que se tornou conhecida na literatura especializada como *novo sindicalismo*.

Essa fase teve como principais características: a criação das centrais sindicais, especialmente a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que veio a se tornar a mais importante central sindical brasileira de todos os tempos; a generalização das greves; o aparecimento de formas mais criativas de luta, como as greves gerais e as greves de ocupação; o questionamento da burocracia sindical e do peleguismo, como era conhecido o sindicalismo hegemônico na ditadura militar até o final dos anos 1970; e uma nova proposta

[8] Idem.

que se baseava na ação direta, priorizando o conflito, na autonomia frente ao Estado e na democratização da estrutura sindical.

Até o final da década de 1980 essas características estavam presentes no movimento sindical cutista, o que se expressava em suas ações, tidas na época pelos governos e pelos empresários como *radicais*. Frente ao chamado do governo Sarney para participar de um pacto social o 3º Congresso da CUT, em 1988, resolve se posicionar da seguinte forma: "Com o aprofundamento da crise econômica e social no país, provocado pela incapacidade do projeto da burguesia em dar respostas aos anseios da população, mais uma vez vem à tona a proposta de pacto social, onde a burguesia e o governo Sarney contam com a ajuda de Medeiros-Magri, agentes do capital no seio do movimento operário. A CUT entende que não pode haver pacto entre desiguais e que nesse tipo de pacto os trabalhadores só têm a perder. Por isso, a CUT se manifesta contra qualquer tentativa de acordo ou pacto que tenha como objetivo retirar conquistas ou restringir a liberdade que a classe trabalhadora deve ter para avançar nas suas conquistas".[9]

Três coisas chamam a atenção nessa resolução. Em primeiro lugar, os cutistas consideravam que se a crise econômica havia sido gestada pela burguesia, os trabalhadores não deveriam se ocupar em soluciona-la. Segundo, a intransigência em não sentar à mesa para pactuar com o governo de plantão, pois os trabalhadores só teriam a perder. E, por fim, é uma análise baseada no referencial da luta de classes, ao entender que não há pacto entre desiguais, caracterizando, inclusive, os membros da CGT, defensores do sindicalismo de resultados e mais tarde fundadores da Força Sindical, como "agentes do capital".

Corroborando o que foi dito acima, no mesmo caderno de resoluções os cutistas afirmam-se adeptos do sindicalismo classista, se opõem à "concepção sindical que se desenvolveu no final do século XIX nos países centrais do capitalismo" (social-democracia) e consideram que no Brasil "a corrente que defende a conciliação de classes se encontra na CGT".[10]

Entretanto, nesse Congresso, para alguns especialistas, já se verifica uma mudança na postura da Central Única dos Trabalhadores que a partir desse Encontro foi abandonando *pari passu* o perfil socialista e adotando a linha

[9] *Resoluções do 3º Congresso da Central Única dos Trabalhadores,* 1988, p. 15.

[10] Idem, p. 22.

sindical social-democrática, que diziam se opor na resolução acima. Com isso, a combatividade que foi uma das principais inovações trazidas pela Central começou a desaparecer da sua trajetória.[11]

Dessa forma, a principal Central Sindical do país entrou nos anos 1990 apresentando uma nova proposta de sindicalismo, baseada no propositivismo e na busca por solucionar os conflitos através das negociações até a exaustão com o capital. Isso fica perceptível nas declarações de dois ex-presidentes da CUT, ambos membros da Articulação Sindical, feitas no início dessa década. Segundo Jair Meneghelli, "antes bastava o chefe fazer cara feia para pararmos a fábrica (...) Fizemos centenas de greves e onde foi parar o nosso poder de compra? No fundo do poço". Seguindo a mesma linha, Vicentinho afirmava que "antes fazíamos greve por qualquer coisa. Hoje passamos por um estágio de negociar até a exaustão".[12]

Como a CUT possui diversas correntes sindicais, algumas com uma ideologia próxima à da Articulação Sindical outras bem distantes, havia aqueles que discordavam – como ainda há – dessa postura. Para a Convergência Socialista, que atualmente integra o PSTU, "a maioria da Executiva da CUT [queria] levar a Central para o caminho da conciliação de classes, do pacto, contra a vontade da base".[13] No entanto, prevaleceu a vontade política da corrente majoritária e a Central foi caminhando, a passos cada vez mais apressados, em direção ao sindicalismo propositivo.

É nesse contexto que conseguimos entender a participação do principal sindicato cutista – o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista – no acordo tripartite das Câmaras Setoriais do setor automotivo entre 1992 e 1993.

O acordo das montadoras

A política do presidente Collor de abrir as portas do Brasil às importações e apresentar para as empresas brasileiras, como único caminho para per-

[11] Nunca é demais lembrar que na CUT estão representadas diversas correntes sindicais que divergem, dentre outras coisas, quanto ao modelo de sociedade, a mecanismos de luta e a formas de organização da Central e da classe trabalhadora em nosso país e no mundo. O setor hegemônico desde a fundação da Central é o que hoje se organiza na *Articulação Sindical*, que possui quadros dentro do Partido dos Trabalhadores vinculados ao grupo ao qual pertence o próprio Lula.

[12] Betina Schürmann. *Sindicalismo e democracia: os casos do Brasil e do Chile*. Brasília: Edunb, 1998, p. 92.

[13] *Caderno de teses do 4º Congresso da Central Única dos Trabalhadores,* 1991.

manecerem competitivas no mercado, a solução de modernizar seus parques industriais, inovar em tecnologias e adotar novas formas nas relações de trabalho em seu interior gerou rápidas conseqüências no setor automobilístico brasileiro. De acordo com dados de estudos feitos pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a produção do setor passa de 1.165.174 veículos, em 1980, para 960.126, em 1991. O nível de emprego baixa de 133 mil trabalhadores, em 1980, para 108 mil no início de 1992.[14]

Apesar de sua face autoritária, foi o governo Collor que deu o pontapé inicial no acordo das montadoras, assinando o primeiro acordo, entre 1991/1992. Isso é compreensível porque já representava um momento em que o presidente não contava com capacidade para assumir plenamente seu papel dirigente na sociedade, o neoliberalismo acentuava ainda mais a crise nas indústrias e, por outro lado, os segmentos do setor industrial demonstravam capacidade de organização e de articulação de seus interesses.[15]

Entre o primeiro e o segundo acordos ocorreu o *impeachment* de Collor. Com a posse de Itamar Franco os acordos, especialmente o segundo, encontram uma ressonância muito maior na sociedade. Itamar foi alçado ao poder após o movimento de massas ter retirado o seu antecessor, o que deu um tom de fragilidade ao seu início de governo e levou o novo presidente a fazer acordos entre os diversos setores da sociedade. Prova disso foi a trégua pedida por Itamar aos 19 partidos que possuíam representação no Congresso Nacional. No dia seguinte a essa reunião, Lula, então presidente do PT, afirmava "somos um partido que nossa direção diz que estamos na oposição, mas estamos dispostos a trabalhar juntos" com o governo federal.[16]

Esse tom deixava o governo Itamar Franco com uma aparência *de esquerda*, sendo que em seu Ministério era possível encontrar pessoas com trânsito no Partido dos Trabalhadores, como Walter Barelli e Luiza Erundina.[17]

[14] Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. *Um acordo histórico*. São Bernardo do Campo, junho, 1993, p. 27.

[15] Glauco Arbix. *Uma aposta no futuro – os primeiros anos da Câmara Setorial da indústria automobilística*. São Paulo: Scritta, 1996, p. 60.

[16] *Jornal do Brasil*, 9 jan. 1993.

[17] O PT não aceitou integrar o governo Itamar Franco e Erundina, então um dos quadros desse partido, foi punida por aceitar o cargo.

No governo Fernando Henrique, no entanto, as negociações tripartites foram extintas, sendo por isso considerado por diversos intelectuais e parcela do movimento sindical como mais autoritário que Itamar.

Em junho de 1991, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC foi informado que a Ford iria fechar a sua divisão de motores, o que iria implicar a demissão de cerca de 700 funcionários. Prontamente o sindicato passou a realizar os tradicionais protestos, como uma greve que durou 23 dias, que não surtiram efeito imediato. Vicentinho, então presidente do sindicato, sugeriu que uma última tentativa fosse feita: ir diretamente negociar com a matriz da multinacional nos Estados Unidos. Na volta ao Brasil, o sindicalista se reuniu com os ministros do governo e decidiram reativar as Câmaras Setoriais, dessa vez com a participação dos trabalhadores, fato bastante inusitado até então.

Vicentinho foi, nesse momento, considerado por muitos como um sindicalista habilidoso que soube dobrar os empresários de uma multinacional. Na verdade, o simbolismo que a sua atitude representava era demonstrar para a empresa que o sindicalismo brasileiro estava mudando de rumo e não apresentava mais uma postura que privilegiasse o conflito com o capital. Com isso procurava convencer os empresários de que não precisariam deslocar a sua planta industrial para outra região do país ou do planeta que possuísse um sindicalismo mais dócil e menos combativo, conforme a lógica da atual globalização.

Por acreditar que deveriam se mobilizar para evitar a queda da produção na indústria automobilística, que diminuiria ainda mais os postos de trabalho e os níveis de renda, o sindicato aceitou participar das Câmaras Setoriais.

As primeiras reuniões logo traçaram o diagnóstico dos problemas vivenciados pelo setor: excessivo protecionismo do mercado brasileiro; alta taxa tributária sobre os automóveis fabricados no Brasil, o que inviabilizava a competição com os importados; abrupta abertura do mercado aos importados; privilégio à produção de carros sofisticados; e ausência de mecanismos de crédito ao consumidor.[18]

Algumas propostas foram imediatamente esboçadas pelos trabalhadores: redução dos preços dos veículos, necessidade de financiamento ao consu-

[18] Adalberto M. Cardoso e Álvaro Comin. Câmaras Setoriais, modernização produtiva e democratização nas relações de trabalho no Brasil: a experiência do setor automobilístico. In: Gláucia Villas-Boas e Marco A. Gonçalves (Orgs.) *O Brasil na virada do século – debate dos cientistas sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995, p. 44.

mo, aumento da produção, recuperação e elevação dos salários, e manutenção e recuperação dos níveis de emprego.[19]

O que mais impressiona nessas propostas é que a lógica dos representantes dos trabalhadores é absolutamente conformada à ordem do capital, pois se pretendia aumentar os níveis de emprego e salário através do aumento da produtividade. O raciocínio se pauta numa ótica de melhoria do capitalismo sem, em nenhum momento, pressupor o combate a este, já que para esses sindicalistas para haver aumento de emprego e salário seria necessário, anteriormente, reduzir os preços e aumentar o consumo, o que acarretaria aumento da produção e demanda por trabalhadores.

Na realidade, a proposta de Vicentinho e cia., apesar de situar-se na lógica capitalista, é contraditória à dinâmica histórica desse sistema que, há bastante tempo, aumenta a sua produtividade através da obtenção da mais-valia relativa que tem como principal conseqüência, o desemprego. Porém, ao que tudo indica o que eles pleiteavam era *justiça* na política industrial, como podemos observar em um de seus materiais dessa época: "A implantação de uma política industrial socialmente justa no país deve propiciar a superação de entraves como a retração do mercado interno e indefinições do cenário econômico, e fazer prevalecer o objetivo de criação de postos de trabalho, crescimento dos salários e plena soberania nacional".[20]

A proposta de aumento do mercado consumidor era colocada, assim, como uma prioridade no debate a respeito da superação da crise do complexo automotivo brasileiro e, conseqüentemente, possibilitaria o aumento de empregos e salários. Mas o que chama mais a atenção é a possibilidade de se alcançar uma *política industrial socialmente justa*. Percebemos que para eles melhoria de condições de vida e de trabalho para os trabalhadores poderia ser alcançada com uma reforma do capitalismo, como também vemos uma certa ingenuidade em acreditar que a justiça social seja algo alcançável nesse sistema. Mais uma vez o determinante é a falta de qualquer intenção em se elaborar uma análise que perpasse pelo conceito da luta de classes.

[19] *Tribuna Metalúrgica*. Informativo diário do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 7 fev. 1992.

[20] Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. *Reestruturação do complexo automotivo brasileiro – as propostas dos trabalhadores na Câmara Setorial*, mar. 1992, p. 24.

O primeiro acordo, assinado entre as partes em março de 1992, estabelecia, dentre outros, os seguintes pontos:[21]

1) Emprego e salário – manutenção do nível de emprego. Garantia de reajustes mensais automáticos;

2) Impostos – redução no preço final do automóvel em 22%: 6% na redução do IPI (federal), 6% do ICMS (estadual) e 10% na redução da margem de lucro das empresas;

3) Financiamento – redução do IOF de 12% para 6%.

Por essas cláusulas observamos que a lógica do acordo pautava-se sobre a renúncia fiscal, e ainda programava financiamentos subsidiados pelo BNDES. Por outro lado, a redução da margem de lucro, que seria um dos sacrifícios impetrados aos empresários, era de difícil aferição. Por sua vez, os trabalhadores despendiam a sua cota de sacrifício renunciando a mobilizações mais agressivas.

Em fevereiro de 1993, foi assinada a segunda versão do acordo das montadoras, aprofundando marcos estipulados na primeira versão. Além do governo da União e do estado de São Paulo, assinaram esse acordo os Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Betim e São Paulo (dirigido pela Força Sindical, que começou a participar de forma mais ativa, especialmente através dos metalúrgicos da capital paulista, a partir do primeiro acordo, pois percebeu o enorme espaço alcançado por este na sociedade).

Dentre outras cláusulas, constava nesse acordo:[22]

1) Emprego – buscar-se-ia durante a vigência do acordo, a ampliação do nível de emprego, que teria como metas preliminares: + 4.000 nas montadoras, + 5.000 na comercialização, + 11.000 no setor financeiro e + 70.000 nos demais setores, o que daria um total de 90.000 empregos além dos já existentes;

2) Salários – a categoria teria o salário reajustado mensalmente, a título de antecipação compensável nas datas-bases. As empresas comprometiam-se a conceder aumento real de 20%, divididos em três parcelas de 6,27% no dia 1º de abril dos anos 1993, 1994 e 1995;

3) Impostos e lucros – o governo se comprometia a reduzir o IPI em 6% e as empresas a reduzirem seus lucros em 5%, reduzindo em 11% o preço total dos veículos.

[21] Betina Schürmann. *Op. cit,* p. 116.

[22] *Boletim DIEESE,* n. 144, mar. 1993.

Percebe-se uma certa ampliação em determinadas propostas em comparação à primeira versão, especialmente no que diz respeito a salário, preço e lucro.

Alguns autores,[23] aplaudindo efusivamente esses acordos, justificam a sua positividade salientando que, com eles, a produção e a venda dos veículos cresceram bastante em função do aumento da demanda, assim como as perdas salariais foram recuperadas e o nível de emprego se manteve estável. A tabela abaixo,[24] que trata de produção e emprego nas montadoras de automóveis a partir dos anos 1980, nos ajuda a rebater algumas dessas conclusões.

Produção e emprego na indústria montadora
(emprego em 31 de dezembro de cada ano)

Ano	Veículos	Trabalhadores	Veículos p/ trabalhador
1980	1.165.174	133.683	8,7
1981	780.883	103.992	7,5
1982	859.304	107.137	8,0
1983	896.462	101.087	8,9
1984	864.653	107.447	8,0
1985	966.708	122.217	7,9
1986	1.056.332	129.232	8,2
1987	920.071	113.474	8,1
1988	1.068.756	112.985	9,5
1989	1.013.252	118.369	8,6
1990	914.466	117.396	7,8
1991	960.044	109.428	8,8
1992	1.073.761	105.664	10,2
1993	1.391.376	106.738	13,0
1994	1.581.389	107.134	14,8
1995	1.629.008	104.614	15,6
1996	1.813.881	102.072	17,8

Observamos que a produção de veículos nas montadoras só consegue superar os números iniciais da década de 1980 em 1993, ou seja, um ano

[23] Glauco Arbix. *Op. cit;* Adalberto M. Cardoso e Álvaro Comin. *Op. cit;* e Betina Schürmann. *Op. cit.*

[24] Anfavea (1996) e Carta da Anfavea (janeiro de 1997). In: Luís Paulo Bresciani. Os desejos e o limite: reestruturação industrial e ação sindical no complexo automotivo brasileiro. In: Márcia de Paula Leite (org.). *O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil*. Campinas: Papirus, 1997, p. 47-48.

após a assinatura do primeiro acordo das montadoras, e vai a um crescente pelo menos até 1996. O nível de emprego supera, em 1992/1993, a queda do início dos anos 1990, mas em patamares bem inferiores à década de 1980, para retomar a queda nos anos finais da tabela. Em contrapartida, a média de veículos fabricados por trabalhador cresce em uma proporção assustadora chegando a dobrar nos últimos cinco anos analisados.

Os dados abaixo[25] permitem uma visão mais nítida em relação ao momento anterior e posterior aos acordos.

Montadoras - Brasil

	1991	1995	Crescimento
Produção	960,2 mil	1.635,6 mil	70%
Emprego	109,4 mil	103,9 mil	- 5%
Produtividade	8,8%	15,7%	78%

Autopeças - Brasil

	1991	1995	Crescimento
Faturamento	US$ 9,8 bi	US$ 17 bi	74%
Emprego	255.600	223.900	- 12%
Produtividade	US$ 38,5 mil	US$ 75,9 mil	97%

Não é preciso grande conhecimento em matemática para perceber que três anos após o primeiro acordo das montadoras os empresários puderam festejar o aumento do seu faturamento em decorrência do crescimento da produtividade, enquanto que para os trabalhadores, pelo menos no que diz respeito à manutenção do emprego – um dos pontos acordados entre as partes tanto em 1992 como em 1993 – os resultados não foram tão favoráveis, acumulando uma queda de 5% nas montadoras e 12% no setor de autopeças. Não esqueçamos que o segundo acordo previa não somente a manutenção do nível de emprego, mas também o seu crescimento.

O pequeno aumento do número de trabalhadores na indústria automobilística brasileira nos dois anos posteriores ao acordo não significou diminuição da intensidade do ritmo de trabalho, pois a média de veículos pro-

[25] *Boletim Diesse*, n. 186, set. 1996, p. 6.

duzidos por cada operário permaneceu ascendente. Isso demonstra que o acordo podia até expressar uma novidade na relação capital-trabalho em nosso país – conforme salientam os que o defendem – mas, assim como qualquer acordo entre capital e trabalho, não rompia com a lógica da mais-valia relativa, lógica esta que permeia as transformações na produção ao longo de toda a história do capitalismo: mais tecnologia, menos trabalhadores, mais produção e, conseqüentemente, mais lucro. Portanto, o acordo, em nenhum momento, expressou uma maior democratização das relações de trabalho.

Dos três setores que compunham esse pacto tripartite, apenas o empresariado teve o que comemorar, já que as cláusulas que poderiam beneficiar os trabalhadores não foram atingidas a contento, assim como a renúncia fiscal criou, sem dúvida, mais problemas para a combalida economia brasileira.

O debate sindical e acadêmico

Entre os grandes sindicatos metalúrgicos paulistas houve divergências quanto a participação dos representantes da categoria nessas negociações. Em materiais distribuídos aos trabalhadores, os sindicatos de São José dos Campos e Campinas[26] demonstram total descontentamento com as Câmaras Setoriais. Para eles se tratava de "um pacto social disfarçado (...) e como todo pacto boa coisa não [iria] sobra[r] para os trabalhadores".[27]

Os sindicatos dessas duas cidades distribuíram coletivamente, em 1993, um cartaz onde apresentavam os motivos pelos quais os trabalhadores não deveriam concordar com a proposta acordada nas Câmaras Setoriais: a proposta não repunha as perdas salariais; condicionava o emprego à produção definida pelos patrões; privilegiava os empresários com redução de impostos; não iria melhorar o nível de emprego; não garantia o controle dos lucros dos empresários; dava fôlego ao governo Itamar Franco para que continuasse a implementar a sua política neoliberal; não representava a vontade da ca-

[26] No período dos acordos, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos era, em sua maioria, dirigido por um setor que hoje se organiza no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, enquanto que o Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas era, em sua maioria, dirigido pela corrente petista *Fórum Socialista*.

[27] *Jornal do Metalúrgico*. Órgão informativo do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Caçapava, Jacareí, Santa Branca e Igaratá, 26 jan. a 1º fev. 1993.

tegoria, exceto a de São Bernardo do Campo; atrapalhava a campanha salarial e as lutas unificadas com outras categorias; e não seria estendido ao conjunto da categoria.[28]

No entanto, para a direção metalúrgica de São Bernardo do Campo, o acordo automotivo firmado em 1993 era histórico por três motivos em especial: pelo seu conteúdo em termos de relação capital-trabalho, que avançava em direção ao contrato coletivo; pelo retorno do planejamento econômico; e pela real possibilidade de negociação da reestruturação industrial, que daria condições de competitividade à indústria brasileira, sem que isto significasse desemprego e rebaixamento salarial.[29]

Como vemos, a polêmica entre os sindicalistas – que não ficou restrita aos metalúrgicos e se acirrou nos encontros da Central Única dos Trabalhadores ocorridos no período – se dava essencialmente em torno da correção ou não dos trabalhadores gerenciarem, ao lado dos empresários, os problemas do capitalismo. Para a direção dos metalúrgicos de São Bernardo, os patrões poderiam ser parceiros na elevação da competitividade da indústria automobilística nacional, o que, ao final, traria benefícios para os trabalhadores no que concerne a emprego e salário. Já para os dirigentes do setor em São José dos Campos e em Campinas, essa parceria seria impossível porque os patrões sempre buscarão a manutenção, ou mesmo o aumento, de seus lucros.

Esse debate se expandiu pela sociedade e adentrou os muros das universidades. Embora nesse campo pudéssemos encontrar análises como a de Ricardo Antunes, considerando que as experiências das Câmaras Setoriais resultaram num grande fracasso para o conjunto dos trabalhadores em função das perdas de postos de trabalho e do impacto negativo do abandono da perspectiva transformadora,[30] a posição que prevaleceu foi a que simpatizava com a postura dos dirigentes de São Bernardo.

Com essa visão, além dos autores já citados (Arbix; Cardoso e Comin; e Schürmann), destacou-se Francisco de Oliveira, advogando a tese de que

[28] Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Campinas. *Dez motivos para não concordarmos com a proposta de acordo da Câmara Setorial*, sem data.

[29] Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. *Op. cit.*

[30] Ricardo Antunes. *Os sentidos do trabalho – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 241.

os acordos tripartites pautam-se numa maior democracia das relações entre capital e trabalho. No entanto, o elemento central, escamoteado, continua sendo a questão de classe e/ou do conflito de classe.

Segundo este autor a participação dos trabalhadores em acordos e negociações com empresários e governo é importante porque não interferir no mercado e deixá-lo à mercê de patrões e governo não será suficiente "para a garantia de um avanço civilizatório", e pode significar, nas condições brasileiras, não apenas a desindustrialização, mas a "barbárie social".[31]

Fica obscuro o que o autor entende como *civilizatório*, o que nos faz concluir que seriam soluções pouco traumáticas para os atores envolvidos na disputa. Da mesma forma, há uma boa dose de utopia em acreditar que a participação dos trabalhadores em fóruns tripartites será decisiva para evitar a *barbárie social* no Brasil. Esta pode ser uma responsabilidade muito grande sobre os ombros daqueles que estão representando o trabalho nas mesas desses acordos.

Oliveira considera que o acordo das montadoras poderia representar uma radical inovação nas relações capital-trabalho no Brasil, que teria muito a contribuir para moldar uma nova forma da política no Brasil. E continua sua análise: "A primeira de suas características inovadoras diz respeito a seu objetivo: não sendo um produto *ex abrupto* na história das relações entre duas poderosas categorias sociais – poderosamente desiguais, assinale-se –, ele é também uma ruptura ou um marco no sentido de que a manutenção ou aumento das vendas e fim das demissões não foram subprodutos mínimos de negociações, mas seu objeto prioritário. Isto é, o 'empate' não foi produzido pela incapacidade de cada contendor para levar seu adversário à lona, mas era o resultado para o qual os contendores entraram no ringue. Isto assinala, do ponto de vista das relações capital-trabalho, transformação de uma relação de anulação para uma relação que, sem deixar de ser antagônica quanto aos seus interesses em jogo, muda a natureza desse antagonismo, tornado agora algo como um antagonismo convergente.[32]

[31] Francisco de Oliveira. *Os direitos do anti-valor – a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 187.

[32] Francisco de Oliveira. Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras. *Novos estudos Cebrap*, n. 26, jun. 1993, p. 5-6. Grifo meu.

Oliveira não nega a permanência na atualidade da desigualdade entre as classes, mas nega aquilo que é crucial para fazermos uma análise baseada na luta de classes: a divergência entre elas. Ao considerar que o acordo das montadoras foi positivo porque expressou um *antagonismo convergente*, o autor acaba por defender a possibilidade de cooperação mútua entre as classes. É o "empate", ou a "soma zero". Ninguém ganha, mas não perde (mais) também. Capital e trabalho estão, assim, livres para serem parceiros e não se anularem, mas convergirem para obter ganhos mútuos, como nesse caso, aumento das vendas e fim das demissões.

Ainda para Oliveira, nesse acordo os adversários abandonaram a postura excludente de outros conflitos "para uma postura que chamaríamos compreensiva". As negociações caminharam para uma via em que "ambos os contendores procuraram manter seus interesses, mas identificando antes na recessão o inimigo principal".[33]

Os inimigos antes *divergentes*, nesse momento procuraram, "civilizadamente", encontrar uma saída conjunta e perceberam que o principal inimigo era a recessão. Pergunta simples: que análise podemos fazer da origem da recessão? Não seria esta oriunda da crise do capital e, logo, originada pelos próprios capitalistas? Se for assim, o que os trabalhadores fazem contribuindo para a solução de uma crise que não criaram? Que ganhos eles podem ter? Acima, observamos que no caso do acordo das montadoras, não tiveram muitos.

Em suma, uma análise como a que foi feita por Oliveira e pelos sindicalistas metalúrgicos de São Bernardo do Campo só é possível suprimindo-se o conflito entre as classes, aspecto tão caro para os marxistas.

Conclusão

O objetivo principal de tudo o que foi dito acima era demonstrar, à luz de nossa história recente, que acordos tripartites, mesmo possuindo a bela alcunha de pacto social, não foram, nem serão favoráveis aos trabalhadores.

Só podem ser aceitos na visão daqueles que consideram o Estado como uma instituição neutra e o capital como parceiro, não percebendo a permanência do *antagonismo divergente* entre as classes sociais.

[33] Idem, ibidem.

Dessa forma, é aceitável para aqueles que não analisam a sociedade contemporânea através das lentes do marxismo e enxergam o Estado como um árbitro, acéfalo em se tratando de classe social. Com isso, restringem, de maneira extremamente simplista, o Estado ao Poder Executivo – isso atualmente é potencializado com a vitória de Lula nas últimas eleições – e separam dele todas as outras instituições sociais, que, diga-se de passagem, permanecem controladas pelo capital.

Apesar de não excluírem o conceito de classe social, essas análises excluem o de luta de classes, além de perceberem estas na contemporaneidade pouco coesas, fragmentadas entre diversos interesses específicos. Ao contrário, consideramos que Marx nos oferece ainda o referencial mais completo para a compreensão da realidade, pois se é verdade que não podemos considerar que a classe trabalhadora no início do século XXI tenha a mesma coesão que possuía nos anos 1960, também é verdade que a classe que vive do seu próprio trabalho[34] hoje cresce a cada dia e permanece usurpada pela mais-valia.

Com a eleição de Lula e a sua proposta de pacto social para a sociedade brasileira essa discussão volta à tona, em grande medida com a maioria da intelectualidade e dos sindicalistas brasileiros apoiando a proposta da conciliação. No entanto, apesar de aparecer nos dias atuais com novos contornos, o debate, em sua essência, traz à baila a mesma polêmica gerada há dez anos pelo acordo das montadoras.

Alguns desses novos aspectos são surpreendentes. Ao se mostrar favorável ao pacto proposto por Lula, o sociólogo Emir Sader acredita que as forças que se juntaram para apoiar Lula, ligadas ao setor produtivo em oposição à hegemonia do capital financeiro, podem servir de ponta-de-lança para o futuro pacto. Segundo ele, "na campanha [para a eleição presidencial], o que se viu foi o confronto entre o capital produtivo e o especulativo. Isso pode favorecer o pacto".[35]

Análises como essa se tornaram corriqueiras após o crescimento do capital financeiro nas últimas décadas, dividindo os capitalistas em dois setores: o produtivo – bom burguês – e o especulativo – burguês avarento, sórdido,

[34] Ricardo Antunes. *Op. cit.*

[35] *O Globo*, 6 nov. 2002. Grifo meu.

improdutivo.[36] Ser defensor do aquecimento da produção é o suficiente para absolver o empresário. Mas para que haja capital especulativo tem que haver capital produtivo! Aquele não surge sem este.

Se produtivo ou especulativo não importa porque os dois são burgueses e vivem do lucro. Este é parte da mais-valia, que é o trabalho excedente e não pago. Ora, se é assim, produzir e gerar alguns empregos não livra o burguês do seu papel – sórdido – de explorar aqueles que vivem do seu próprio trabalho. Isto, qualquer principiante no marxismo nem precisa se esforçar muito para concluir.

O debate pode até ser travado em termos conceituais mais complexos, mas tais analistas (Sader, Oliveira e outros) têm que ser corajosos e afirmarem: "sepultemos Marx, pois ele está morto. Portanto, o referencial teórico marxista não dá mais conta de analisar a realidade". Assim, serão coerentes. Equivocados, mas coerentes.

Esse debate, se posto para *debaixo do tapete*, pode fortalecer o canto da sereia de um governo de aparência operária e essência (projeto) antioperária, e acabar por ocasionar a desestruturação dos movimentos sociais. Por isso, não se pode olhar para frente e abandonar experiências passadas que têm muito a ensinar.

A CUT, que, ao lado do MST, é hoje um dos baluartes do movimento social brasileiro, não pode apagar essa história para abrir mão (ou continuar a abrir mão) de sua independência política frente aos governos, mesmo em se tratando de um governo composto em sua maioria de elementos oriundos da classe trabalhadora. Fazer isso representará um erro de proporções bem maiores que a participação nas Câmaras Setoriais do setor automotivo na década de 1990, o que trará, sem dúvidas, conseqüências funestas para o conjunto dos movimentos sociais em nosso país e na América Latina.

[36] Uma análise que propugna uma política que privilegie o setor produtivo do capital, em detrimento do especulativo, como uma das soluções para os problemas sociais e econômicos vividos pela sociedade brasileira, é o livro assinado por César Benjamin, Emir Sader e outros, *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.